

# **A ascensão dos Militares na Política: da República Velha ao Estado Novo e os reflexos deste movimento na formação política e social de Santa Catarina - a Guerra do Contestado**

**Rosa Beatriz Madruga Pinheiro <sup>a</sup>**

**Resumo:** Durante a “República Velha” brasileira de 1889-1930, as regiões distantes do país eram geralmente desinteressadas e às vezes até inconscientes do governo nacional. Nos 30 anos seguintes, os militares desempenhariam um papel fundamental na consolidação da República nacional. No entanto, embora os pensadores militares professassem sua fé na política democrática, sua falta de confiança nos políticos da vida real e sua crença em sua própria retidão combinaram-se para fazê-los ver a intervenção militar como necessária e boa para a nação. Ao pesquisar e apresentar este tema que aborda o Contestado, procura-se mostrar como a historiografia militar trata esse período de complexa interação do oficialato do Exército com a sociedade civil e como essas relações de poder forjaram o destino político social de Santa Catarina e, por consequência, da nação brasileira, a fim de permitir esmiuçar os jogos políticos e de poder no período delimitado, além de possibilitar perceber até que ponto a sociedade civil foi agente do processo de construção dessa ordem social muitas vezes conduzida pelos militares é o tema deste artigo. Uma questão de ordem, para se obter melhor entendimento do tema pesquisado: quando se usar a palavra militar, entenda-se militar do Exército Brasileiro. A Armada (Marinha de Guerra) do Brasil não está dissociada desse processo político (objeto da pesquisa), porém o foco se prende tão somente ao contexto do Exército Brasileiro no período delimitado.

**Palavras-Chave:** República Velha; militarismo; Contestado.

---

<sup>a</sup> Professora, mestre em Relações Internacionais para o Mercosul.



“[...] a região contestada esteve sempre [...] entregue ao despotismo dos chefetas locais, ao desvario de uma sorte inumerável de crimes mal apurados e ao desmando de caudilhos terríveis [...]: e tais têm sido os propulsores morais das causas que levaram à rebeldia, como recurso de defesa, os sertanejos ignorantes e espoliados pelos prepotentes”.

(Demerval Peixoto, militar que esteve presente no palco da guerra.)<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro, desde sua gênese no século XVII, participou com destaque da evolução política do Brasil, até o fim dos governos militares, em meados da década de 1980. Porém, no período entre os eventos da Proclamação da República e da Revolução de 1930, a força terrestre e muitos militares, de forma isolada ou agindo em conjunto, foram protagonistas em várias

ocasiões e, em maior ou menor grau, de atos e ações que influenciaram os destinos políticos do Brasil.

A intenção desta pesquisa se prende ao fato de que a história do Exército não está deslocada da vida cotidiana brasileira nem da formação do Estado Novo no país. Afinal, a matéria-prima do EB – a pessoa a ser militarizada – é, antes de tudo, produto da sociedade civil.

Desencadeada em outubro de 1912, em terras do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, por questões relacionadas, inicialmente, a desavenças entre chefes políticos locais, a Guerra do Contestado (1912-1916) tomou dimensões que exigiram a participação maciça das forças militares federal e estaduais para vencer uma das mais expressivas insurreições populares da República.

Também conhecida como “guerra dos fanáticos”<sup>2</sup> ou “guer-



ra de S. Sebastião”<sup>3</sup>, o Contestado foi um conflito cuja compreensão exige atenção às múltiplas questões envolvidas na sua gênese. Para os militares, a campanha converteu-se em verdadeira “guerra” interna, dada a mobilização superior a 1/3 do efetivo do Exército Brasileiro, além da participação das forças policiais estaduais e civis contratados e armados pelos coronéis-fazendeiros do Contestado.

Para os habitantes envolvidos no movimento, o ocorrido foi uma revolta popular com propósitos diversos e forte conteúdo idealista, destacando-se a luta contra o poder de determinados coronéis-fazendeiros e o atendimento às profecias que anunciavam um conflito cujo desfecho inauguraria tempos de paz e felicidade.

Percebida como um evento de impacto regional, somente alguns pesquisadores reconheceram no Contestado um acontecimento de repercussões mais amplas do que aquelas notadas nos estados do Paraná e Santa

Catarina. Mas esta percepção não está devidamente contextualizada, pois o Contestado repercutiu na política e nas finanças nacionais. Foi um episódio que exigiu a intervenção federal, no combate à rebelião e na mediação dos interesses interestaduais, inserindo-se no contexto do coronelismo e das políticas salvacionistas do governo do Marechal Hermes da Fonseca e a maciça e desproporcional ação militarizada no conflito, tema desse artigo.

Fica evidenciado que no Contestado, os rebeldes não dispunham de uma expressiva força militar. Lutavam com meios e organização precários e empregavam táticas não convencionais, sem estabelecer objetivos militares em cumprimento de estratégias de luta armada. O Contestado é aqui reconhecido como tema relevante à compreensão dos conflitos armados sob a perspectiva da atuação do Exército. Isso, entretanto, não implica considerar esse fenômeno como uma “guerra” em sentido estrito.



## A CONCESSÃO DE TERRAS E O EXÉRCITO

Atuando como protetor explícito da ordem constitucional, o *establishment*<sup>4</sup> militar colocou-se como moderador da sociedade cotidiana e, assim, legitimou sua intervenção na arena política.

Intervir na política seria uma tendência consistente nos militares brasileiros – desde a ajuda aos camponeses do interior, passando pela insurreição contra a própria estrutura hierárquica e o elitismo do governo nacional, até o estabelecimento de um novo regime com uma base de apoio mais ampla, para derrubar esse governo quando se tornou impopular.

Mesmo com a profusão de obras sobre o tema e um documentário, 110 anos após o início do embate, o Contestado continua despertando interesses e suscitando pesquisa, com diversas abordagens, porém a ação das forças militares para acabar com esse movimento torna-se necessária, para apresentar um

estudo focado neste assunto. Pesquisar, estudar e relatar este movimento evidencia que o Contestado sintetiza, com extremado vigor, a marca distintiva de nosso país, a produção da enorme e brutal desigualdade social da época, sob os auspícios dos governantes.

Diante do rápido avanço das forças capitalistas no planalto catarinense, representadas pela presença incisiva do grupo de Percival Farquhar, megaempresário estadunidense, os caboclos lá residentes foram expulsos de suas terras, viram-se na condição de “empecilho” para o avanço do processo de modernização econômica. Para o Ministério da Agricultura da República Velha, as vastas e ricas terras disponíveis na área contestada deveriam pertencer ao empresário e aos colonos imigrantes europeus que se instalavam na região.

Sem representação política no âmbito estatal, sem ter efetivamente a quem recorrer no campo institucional, a não ser no invariável poderio dos coronéis,



os caboclos do Contestado construíram sua rebeldia no âmbito da religiosidade popular, por eles redefinida, expandida e territorializada. Trataram de se defender, de erguer “cidades santas” e nestas fundaram a irmandade cabocla, seu modo concretamente possível de impedir, de negar o avanço da ordem capitalista que os expulsou e marginalizou.

Conforme Aquino,

em sua luta viria à frente do Exército Encantado de São Sebastião. Foi então que se organizaram as cidades-santas, que chegaram a reunir cerca de 20 mil sertanejos dispostos a lutar com os peludos. Eram redutos ou redutinhos formando uma resistência armada [...]<sup>5</sup>.

Embora se arrastasse desde os meados do século XIX, a contenda entre Santa Catarina e Paraná acerca da questão de seus limites territoriais, para os caboclos não importava se as terras pertencessem a um ou ao outro desses Estados. Diante das limitações de uma dura vida cotidia-

na, o Estado estava ausente como aparelho institucional, representação, entidade coletiva. Para os caboclos, o coronel era o Estado, sobretudo era um compadre. Em tais condições de existência, cresce para eles a importância da presença do monge João Maria que, em suas infinitas andanças interior a fora, com seu falar manso de sabedoria popular, preenche os espaços sociais vazios – da autoridade justa, do médico, do professor – e anuncia a vinda de novos tempos em que a felicidade, a fartura e justiça se farão presentes. Constitui-se como companheiro ímpar do povo da serra.

A guerra começou pequena, com um grupo reduzido de sertanejos (moradores desses campos do Sul, chamados de sertão na época) que em 1912 reuniu-se em torno de um curandeiro. José Maria seguia a tradição de outros dois curandeiros que haviam passado por lá anos antes e eram considerados “monges” pelos sertanejos. Ele também fazia profecias: anunciava uma mo-



narquia celestial em que todos viveriam em comunhão, dividindo bens.

Dos seguidores do novo monge, muitos eram posseiros, sitiantes e pequenos lavradores que haviam sido expulsos das terras em que viviam pelo grupo americano responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, de Percival Farquhar, já citado anteriormente.

Além disso, a *Brazil Railway Company* recebeu, dentro de uma área de 30km (15km de cada lado dos trilhos), as terras consideradas devolutas, como se nada e nem ninguém as ocupasse. Também ganhou o direito de revender os terrenos desapropriados às margens do traçado da ferrovia. Dessa forma, o governo federal, ignorava a Lei das Terras de 1850, que estabelecia normas sobre a posse das terras brasileiras – somente por meio da compra alguém poderia tornar-se proprietário.

O motivo era direto e a conta era simples. A companhia recebia

subvenção do governo brasileiro por metro linear construído. Havia interesse financeiro em aumentar o trajeto. O resultado foi o surgimento de linhas longas, antieconômicas e de manutenção dispendiosa em excesso.

Após a construção da estrada de ferro, a região, coberta de matas de árvores nobres como a araucária, começou a ser desmatada. O empresário ergueu lá a maior madeireira da América do Sul na época e uma companhia colonizadora que, depois do desmate, venderia as terras a imigrantes europeus. Famílias que viviam no local foram expulsas por milícias armadas da empresa, com apoio das autoridades brasileiras.

Visando impedir uma intervenção federal, o Estado do Paraná enviou o Regimento de Segurança (atual Polícia Militar do Paraná) para resolver um problema causado por nativos da região do Contestado que, desalojados de suas terras, resistiam à ação de empresas internacionais naquela região. Uma ação



desastrosa e precipitada da tropa estadual, culminou com a intervenção federal, convertendo o então conflito passivo em conflito armado, que se estendeu de 1912 a 1916.

Hermes da Fonseca era o presidente do Brasil na época da Guerra do Contestado (1912-1916), e desempenhou um papel crucial na condução das ações governamentais durante esse conflito. Seu mandato presidencial, que se estendeu de 1910 a 1914, abrangeu o período inicial da guerra, e suas decisões e estratégias moldaram a abordagem do governo federal em relação ao conflito.

Fonseca foi responsável por autorizar a intervenção militar na região do Contestado em resposta às tensões e conflitos que surgiram de disputas territoriais, deslocamentos de populações locais e confrontos entre as comunidades sertanejas e as forças de segurança. Sua decisão refletiu uma postura de manutenção da ordem e controle por parte do governo federal diante dos desa-

fos apresentados pela resistência sertaneja.

O presidente Hermes da Fonseca nomeou o general Setembrino de Carvalho para liderar as operações militares na região. A intervenção militar foi marcada por uma série de repressões e confrontos violentos com os sertanejos, resultando em um cenário de guerra que perdurou por vários anos.

A política de Fonseca foi pautada por uma visão de preservação da integridade territorial e pela manutenção da autoridade do Estado diante dos conflitos regionais. No entanto, essa abordagem também foi criticada por sua resposta militarista e pela falta de consideração pelas causas subjacentes às tensões na região.

## **A GUERRA DO CONTESTADO E A DURA REALIDADE DA DESIGUALDADE REGIONAL**

Conforme relato, a Guerra do Contestado foi um grande



conflito entre camponeses colonos do interior e latifundiários da região, que foram apoiados por dois terços do Exército Brasileiro, trazidos para reprimir a revolta. Para os militares que atuaram no Contestado, o Exército foi mobilizado para combater com-patriotas que promoveram uma insurreição percebida, em geral, como fruto do banditismo e do fanatismo religioso. Dadas as suas dimensões, a campanha militar ficou conhecida pelo eufemismo de “pequena guerra”<sup>6</sup>. Coube à historiografia nacional consagrar a terminologia “Guerra do Contestado”

Para se compreender os eventos desencadeados no Contestado, bem como o cenário onde se inseriu a atuação do Exército Brasileiro, é necessário reconhecer que as condições socioeconômicas e políticas envolvidas na eclosão do conflito somaram-se à manifestação de forças profundas, de caráter religioso. Mobilizando energias e potencialidades dos integrantes do movimento e atraindo novos

adeptos, as crenças religiosas conferiram à parcela expressiva dos rebeldes a convicção de que agiam em nome de determinações de ordem superior.

Assim como a rebelião de Canudos em 1897 (que foi narrada por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões*), o Contestado foi resultado de uma revolta de camponeses devotos religiosos liderados por um líder carismático que profetizou o fim dos tempos, e mostrou que 15 anos depois de Canudos havia um grande desnível entre o litoral urbano e o sertão rural que os militares não poderiam ter sondado antes de entrarem na região.

A região em que se deu a rebelião do Contestado ficava próxima à fronteira com a Argentina, tornando-a inacessível e essencialmente estrangeira aos soldados formados e treinados na costa leste, que mais se assemelhava às cidades da Europa do que seu próprio interior no início do século XX.



Essencial para entender a dura disputa e o conflito travado, é a obra da prof<sup>a</sup> Dra. Marli Auras, sua pesquisa, estudos e publicações são fundamentais para entender esta guerra de classe, que o oficialismo quando não logrou esconder, tentou mostrar ser apenas uma disputa territorial entre dois Estados da União. Historiadores adeptos do “intimismo à sombra do poder” deixaram de registrar ou não contextualizaram a dura realidade regional, caracterizando uma luta de classes como se fosse um conflito religioso, ou um levante de fanáticos, ou um ataque de jagunços. “Optei”, diz Auras, “por trabalhar o Contestado reconstruindo a história dos vencidos”.<sup>7</sup>

Segundo Rampinelli, o solo do Meio-Oeste catarinense, ensopado pelo sangue caboclo, vivenciou verdadeiras cenas de horror, praticadas pelo Estado brasileiro na defesa dos interesses oligárquicos nacionais e imperialistas internacionais. Mais da metade do Exército republicano participou deste massacre,

utilizando-se de armamento pesado e de operações que envolveram o pioneirismo da aviação militar brasileira. Uma vez derrotados, muitos sertanejos foram fuzilados; outros aprisionados e retirados paulatinamente das cadeias para serem degolados ao longo dos caminhos, com seus corpos insepultos; outros ainda presos em campos de concentração; grande número levado para trabalho compulsório nas fazendas da região. A soma dos mortos aponta para 8.000, na sua grande maioria de camponeses. É um povo que ainda dorme o seu cansaço de raça vencida<sup>8</sup>.

Apesar da presença daqueles que genericamente eram chamados de caboclos (categoria em que poderiam ser incluídos, além dos remanescentes nativos, mamelucos, cafuzos, mulatos, negros e brancos) e que ocupavam as terras onde os fatos ocorreram (praticando uma economia de subsistência sem produção de excedentes), as áreas seriam consideradas “vazias” por parte dos governos federal e es-



tadual. Oficialmente, aqueles habitantes não eram entendidos como “agentes ocupacionais”. Desconsiderava-se a existência de populações que ocupavam a região entre o Paraná e Santa Catarina há muito tempo.

Nesse cenário se destaca a presença do monge “João Maria” – “Numa região e numa época em que os valores religiosos e mágicos perpassam toda a ideologia, onde a religião possuía sentido tão pragmático que as roças eram benzidas, e se acreditava curar as pessoas rezando sobre as feridas, onde servia inclusive para justificar as desigualdades e legitimar a estrutura social existente, não há que estranhar tenha sido impregnada de crenças religiosas e de misticismo a atmosfera explosiva e emocionalmente carregada que as tensões produziam”<sup>9</sup>.

Apesar da resistência e das muitas batalhas enfrentadas ao longo de quatro anos de luta, a população cabocla foi derrotada na Guerra do ponto de vista militar e, em parte, dizimada pelas

forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de 20 mil pessoas tenham sido mortas, um número bastante expressivo numa época em que os habitantes da região eram estimados em torno 50 mil. Com toda a catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil a partir do início do século XX.

## **OS PRIMÓRDIOS DO CONFLITO ARMADO**

O início das desavenças entre os Estados de Santa Catarina e Paraná iniciou em 1853, o Paraná é desmembrado do Estado de São Paulo, com a incerteza dos seus limites com o Estado catarinense. Santa Catarina reivindicava os campos de Palmas e outras áreas como suas.

Mocellin afirma que



A questão de limites iniciou-se antes da emancipação política do Paraná. Em 1820, a vila de Lages e todo o seu termo que fazia parte da Província de São Paulo foram desanexados e entregues à Província de Santa Catarina. As autoridades catarinenses entenderam que o termo de Lages abrangia todo o sertão, indo até “os espanhóis”. Essa visão era contestada pelos paulistas. Ao desmembrar-se da Província de São Paulo em 1853, a nascente Província

do Paraná herdou esse conflito fronteiriço com os vizinhos de Santa Catarina<sup>10</sup>.

O território em disputa ficou conhecido como Contestado e compreendia uma área de 48.000 km<sup>2</sup>, tendo ao sul o rio Canoas, ao Norte o rio Uruguai, a leste os rios Negros Iguazu e a oeste a Serra Geral. Região rica no cultivo da erva-mate, pinheiros e centenas de imbuías.

Esse questionamento perdurou pelos anos seguintes, culminando, em 1883, com acusações infundadas do Estado de Santa Catarina contra a marcha do Corpo Policial do Paraná para conquista de território catarinense, alegando cobrança coercitiva de impostos indevi-

Fig. 1 - Região do conflito do Contestado



Fonte: Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>>.



Fig. 2 – Principais localidades onde ocorreram confrontos



Fonte: <<http://tresbarras.xpg.uol.com.br/contestado.html>>.

dos na Estrada Dona Francisca. Diante desses fatos, o Estado do Paraná responde as falsas acusações em uma reportagem concedida ao *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, apaziguando o conflito entre os Estados.

Santa Catarina tentando ocupar um território que reclamava como seu, envia uma coluna de seus militares estaduais armados em um barco a vapor com objetivo de ocupar a região banhada pelas águas do rio Iguaçu e rio Negro. O Estado do Paraná discordando, se nega a ceder

as terras que julgava suas ao Estado vizinho e, sabendo da movimentação de tropas catarienses, em 20 de janeiro de 1896, ordenou que uma fração de tropa militar paranaense se deslocasse da capital do Estado à região da cidade de Rio Negro evitando, assim, a ocupação por parte de Santa Catarina.

Vários projetos foram elaborados, tanto no âmbito provincial como parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo central fora obrigado a efetuar marchas e contramarchas, a ponto de



sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio.

Ao aspecto político-administrativo veio somar-se o problema econômico. A erva-mate, que era produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa da área litigiosa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento era feito no Paraná, carreando bons rendimentos para o Estado. No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina de beneficiamento de erva-mate em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. Resultaram vários choques envolvendo as forças policiais dos dois Estados.

Em 1901, o governo de Santa Catarina impetrou uma ação judicial de reivindicação de limites territoriais. Três anos depois, em Acórdão de 6 de julho de 1904, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos oferecidos pelo Paraná

foram rejeitados pela Alta Corte, que em novo Acórdão de 25 de julho de 1910 confirmou pela terceira vez a sentença inicial.

Alvo entre disputa de direitos, Paraná e Santa Catarina não chegaram a se envolver em conflito armado entre as federações. Mas os catarinenses continuavam a recorrer à república para conseguir as terras requisitadas. Esse foi o início do impasse na região do Contestado. Em seguida Santa Catarina busca seus direitos ao Supremo Tribunal Federal, tendo ganho de causa ao território requerido por três vezes, nos anos de 1904, 1909 e 1910.

Em meio à disputa territorial entre os Estados, no início o ano de 1912 grande número de pessoas se agrupava em torno de um sujeito misterioso que se dizia chamar José Maria do Santo Agostinho e afirmava ser parente e sucessor de um monge eremita que viveu na região da Lapa, em meados do século XIX, o monge João Maria D'Agostini. Era na verdade Miguel Lucena de Boa-



ventura, que havia conquistado seus primeiros seguidores em Campos Novos, no Estado de Santa Catarina. O monge era protegido por várias seguranças que aumentaram rapidamente em quantidade. Este contingente paramilitar insurgia-se constantemente, o que culminou com o enfrentamento com as forças policiais e, por fim, com a entrada do Exército no conflito.

Os seguidores de José Maria, dispendo de maior número de combatentes e do conhecimento profundo da região, emboscavam com frequência as tropas, no que resultava em grande quantidade de perdas humanas, além do abandono de material bélico que trazia maiores recursos aos revoltosos.

Na região de Taquaruçu-SC acompanhado de quase 300 fiéis, montou seu quartel-general pregando a volta da monarquia e o messianismo devoto de São Sebastião. Ficou conhecido como monge José Maria, organizou uma comunidade autônoma, denominada de Cidade Santa ou

“Quadro Santo” nessa região de Curitiba.

Seus seguidores eram trabalhadores despedidos da empresa *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro que ligava Rio Grande do Sul à São Paulo, de moradores locais que viviam do cultivo da erva-mate e que foram expulsos de suas terras com a instalação da maior serraria da América do Sul, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que retirava madeiras nativas centenárias para exportar para a Europa. Além dessa gente simples e pacífica, também integraram o grupo de José Maria, bandoleiros que ali se exilaram após a Revolução Federalista.

Com o discurso pró-monarquia, José Maria irrita os políticos que haviam instalado a República como sistema de governo, sendo o marechal Hermes da Fonseca Presidente na época. O prefeito de Curitiba, coronel Francisco Albuquerque, expulsou o monge e seus seguidores da região sem confronto ar-



mado. José Maria já conhecedor da região de Palmas buscou refúgio nos Campos do Irani para a sua gente.

Mocellin relata que

A petulância do curandeiro enfureceu Albuquerque, que imediatamente telegrafou à Florianópolis, informando as autoridades estaduais que a monarquia havia sido proclamada nos sertões de Taquaruçu. Despeitado e alarmista, pediu ao governo estadual o envio de tropas para jugular o movimento sedicioso<sup>11</sup>.

Sabendo da instalação de camponeses oriundos de Santa Catarina em suas terras, o Paraná entendeu tal fato como uma manobra para ocupação de território em disputa entre os Estados limítrofes com o objetivo da expansão catarinense. Buscando preservar seus territórios, o presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, determinou a seu Regimento de Segurança (atual Polícia Militar) que deslocasse à região de

Porto União da Vitória para controlar a situação. Assim, em 22 de outubro de 1912, se deu início aos conflitos armados na região do Contestado, perdurando até 1915 com o aniquilamento do último acampamento dos sertanejos em Santa Maria.

Porém, a disputa da região do Contestado finaliza somente em 1916, quando a arbitragem presidida por Wenceslau Braz, presidente da República, mediou às negociações entre os governadores Afonso Camargo do Paraná e Felipe Schmidt de Santa Catarina, que firmaram as faixas territoriais pertencentes a cada Estado.

## **INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO**

As tropas federais sediadas no Paraná e em Santa Catarina eram subordinadas à 11ª Região Militar (RM), cujo comando ficava em Curitiba. As unidades estavam distribuídas, além da capital, pelas guarnições de Florianópolis



lis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra para auxiliar a milícia estadual, o general Inspetor da 11ª Região Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um contingente, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Pedreira Franco, para Caçador, Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos fanáticos que se retirariam de Palmas.

A força viajou por ferrovia e chegou a 28 do mesmo mês, acampando em Erval, sem ter contato com os crentes do Monge. Diante da gravidade dos acontecimentos em Palmas, a 11ª RM ordenou que um destacamento constituído por elementos do 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, com o reforço de algumas peças de artilharia e alguns elementos de cavalaria, marchasse para Palmas, a fim de cooperar com a polícia na redução e dispersão do foco de fanáticos na área do Contestado. Se necessário, o 54º Batalhão de Caçadores,

de Florianópolis, também auxiliaria.

Três dias após o recebimento da ordem, o coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho organizou a coluna e embarcou por ferrovia para União da Vitória. Nesta localidade incorporou-se ao seu grupamento o tenente-coronel Álvaro Pedreira Franco, que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a força, que já contava com mais de 1.000 homens, deslocou-se ao longo da rodovia União da Vitória – Palmas. Adotando os princípios táticos vigentes na época, efetuou reconhecimentos cuidadosos na região Palmas – Irani. Gastou dois meses nesta tarefa, sem encontrar os fanáticos. Recebendo informações de que haviam partido para o interior catarinense e se dispersado, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu em Palmas e militares do 5º Regimento de Infantaria estacionaram em União da Vitória.



Vários militares se destacaram pela atuação neste conflito, afinal, os experientes soldados bem treinados lutavam contra caboclos, indígenas, negros fugidos e demais seguidores do monge, sem o devido treinamento militar.

Relacionar a construção do Estado na Primeira República e a Guerra do Contestado, não se trata, apenas, de afirmar que o Estado Republicano se fortaleceu com a repressão aos caboclos do Contestado, mas de compreender a intervenção armada no conflito, por meio da violência física estatuizada, enquanto instrumento garantidor de uma determinada dominação de classe. Inserir assim, o conflito do Contestado em seu contexto mais amplo, no intuito não só de melhor compreender as razões da guerra sertaneja, mas de desvendar os processos de luta pelo controle do Estado, enquanto disputa de valores e representações, ou seja, o processo de construção de uma determinada hegemonia.

Apresenta-se esse artigo no entendimento de que o contexto da emergência da República foi um período marcado por importantes transformações sociais e econômicas que, além de abrirem a possibilidade para os diversos projetos em disputa, colocavam, para as classes dominantes, novas tarefas no sentido da sua perpetuação e de sua intervenção sobre esta realidade em transformação.

## **ATUAÇÃO DO EXÉRCITO**

Com o estudo das fontes, observou-se que a atuação do Exército Brasileiro nas questões territorial e limítrofes do período de pesquisa foi fundamental para a circunscrição física e política do território de Santa Catarina.

Verificou-se, igualmente, que as questões que tangenciam o papel das forças armadas no período da República Velha firmaram-se como elemento de unificação, pacificação e consolidação do novo regime com sua



presença ostensiva nos territórios mais distantes do poder central no Rio de Janeiro, conforme abaixo:

As condições concretas, grandemente precárias, vividas pelos caboclos catarinenses não lhes possibilitaram o conhecimento e a prática indispensáveis do ponto de vista político para o enfrentamento consequente das relações capitalistas. [...] A irmandade significou, para os sertanejos, o início de uma nova ordem, uma ordem de um reino escatológico onde "tudo é irmão, irmã" e onde "quem tem mói, quem não tem, mói também e no fim, todos ficarão iguais". Mas o ansiosamente aguardado Exército Encantado de São Sebastião (que viria dos céus para dar cabo dos "peludos" e instaurar a "monarquia") não veio, deixando a irmandade inteiramente à mercê do rolo compressor do Exército da República, uma força objetiva, real, a defender o avanço das relações capitalistas<sup>12</sup>.

Coerentemente com esta postura, a discussão sobre hegemonia/ideologia/visão de mun-

do não contempla qualquer reflexão acerca do Estado Republicano que vá além da oposição, apontada acima entre força objetiva e real, em contraste com a organização sertaneja.

Após as primeiras escaramuças de Demétrio Ramos, em 1905, e as de Aleixo Gonçalves de Lima, em 1909, e, após o singular combate do Irani, em fins de 1912, no território contestado, sob a administração paranaense. Praticamente todas as demais ações aconteceram a Leste do Rio do Peixe e a Sul dos Rios Negro e Iguaçu, na área contestada sob a administração de Santa Catarina, tendo ao centro a região do atual município de Lebon Régis<sup>13</sup>.

Por conta desta rebelião, perdeu-se em combate uma figura ilustre e querida entre seus comandados: o coronel João Gualberto. Este havia sido escolhido prefeito de Curitiba, porém recusou-se a abandonar o posto e deixar a frente de batalha. Sua morte em combate acirrou os ânimos dos comandantes em



acabar definitivamente com os rebeldes.

Durante a Guerra do Contestado, Lebon Régis — na época, Distrito de São Sebastião da Boa Vista, do município de Curitiba — foi palco de diversas batalhas entre caboclos e soldados. Nesses conflitos, nas localidades de Caraguatá, Caçador Grande, Perdiz Grande, Perdizinhas, Santa Maria e outros locais no interior do município, houve o maior número de baixas em um combate durante toda a guerra.

Neste palco da guerra, destaca-se a utilização da aviação no Contestado.

O tenente Ricardo João Kirk tinha 39 anos e tornou-se a primeira vítima fatal de um acidente aéreo na América do Sul. Sua missão na Guerra do Contestado também marca a primeira vez que o aeroplano é usado como instrumento militar no Novo Mundo<sup>14</sup>.

“Ato inusitado ocorreu durante a Guerra do Contestado (1912 a 1916), o uso de avião no confronto, o que gerou grande

pânico nos camponeses (identificados por alguns historiadores como jagunços), antecedendo inclusive ao uso na Primeira Guerra Mundial”<sup>15</sup>.

Como é possível verificar, foi a primeira vez que o avião foi utilizado para fins militares, nas Américas, e esse episódio ocorreu no município de Lebon Régis, na Tapera dos Claudiano. O aeroporto principal foi construído ali, para combater os caboclos no reduto de Santa Maria. É certo que os aviões nem chegaram aqui, mas o propósito foi do seu uso para fins militares, mesmo que outros aeroportos tenham sido construídos em terras do Contestado, com a finalidade de treinamento.

O Aeroplano Morane-Saulnier tornou-se notável por ser a primeira aeronave a possuir uma metralhadora montada de tal forma que atirava por dentro do arco da hélice blindada. Esta mesma aeronave foi capturada pelos alemães que, aperfeiçoaram o modelo e criaram um dispositivo que sincronizava o tiro



das armas com o giro da hélice, eliminando a necessidade de blindagem. Foi oficializado como o primeiro avião da Guerra do Contestado<sup>16</sup>.

Sob forte apoio popular e da imprensa, cinco aviões foram

naves desmontadas. O fogo se alastrou rapidamente, destruindo várias partes dos aviões. Depois do acidente, poucos permaneceram em condições de voo. Outrora, confiantes, a viagem prosseguiu cheia de incertezas

Fig. 3 – Réplica contemporânea de aeroplano Morane-Saulnier



Fonte: <<http://www.historiamilitar.com.br/>>.

embarcados às pressas de trem rumo ao sul. Durante o caminho, fagulhas lançadas pela locomotiva, atingiram um galão de gasolina armazenado em um dos vagões que transportavam as aereo-

rumo ao Contestado, desembarcando apenas três aeronaves em condições operacionais, entre eles estava o Aeroplano Morane-Saulnier, que hoje é visto como um clássico da aviação.



A tática de utilizar a força da aviação sobrevém de maneira precipitada em setembro de 1914, dispensando maiores preparativos. A façanha, em um primeiro momento, não despertou dificuldades na mente dos arrojados estrategistas e aviadores brasileiros. A missão para o pioneiro da aviação Ricardo Kirk vinha ao encontro de suas antigas aspirações: provar ao governo a utilidade e as vantagens do emprego de aviões no campo militar, aliado ao fato de os seus superiores, militares envolvidos desde 1912 com a Campanha do Contestado, enxergaram o potencial da nova arma de guerra e já planejaram seu uso na contenda que se agravava. É de conhecimento que a utilidade do emprego de aviões para fins militares já era um fato consumado em todo o mundo, embora ainda com muitas limitações funcionais.

Assim que chega à zona de conflito, Kirk coordenou a construção das pistas e hangares a serem usados em União da Vitória, Canoinhas e Rio Negro. Em

seguida, volta para o Rio de Janeiro para trazer mais dois Morane-Saulnier e munição especial, além de um mecânico.

A primeira missão oficial ocorreu em 19 de janeiro e a despeito da falta de experiência em voos em altitudes maiores, o reconhecimento foi bem-sucedido.

Na semana seguinte, em 25 de fevereiro de 1915, justamente com o Morane-Saulnier “Parasol”, batizado de “General Setembrino”, o tenente Kirk sofreu seu primeiro acidente. Durante um voo de testes, o motor parou e foi obrigado a fazer uma aterrissagem forçada. Embora sem ferimentos graves no piloto, a aeronave ficou completamente destruída.

O dia 1º de março de 1915 foi agendado para um ataque pesado aos jagunços. A missão era sobrevoar o Vale de Santa Maria, lançar bombas sobre o reduto dos rebeldes, além de fazer observação e orientar os tiros da artilharia e o avanço da infantaria.



Foi realizado voo rasante a procura de um trecho de terra livre de obstáculos e satisfatoriamente plana para o pouso. Após tocar a ponta da asa esquerda na copa de uma árvore, o avião perdeu o controle e acidentou-se.

O tenente Ricardo João Kirk tinha 39 anos, e tornou-se a primeira vítima de um acidente aéreo na América do Sul. Sua missão na Guerra do Contestado também marca a primeira vez que o aeroplano é usado como instrumento militar no Novo Mundo.

Sua aeronave foi encontrada próximo à estrada União–Palmas, por um carroceiro que presenciou o acidente, mas não chegou a tempo de encontrar o tenente com vida.

O corpo do tenente Kirk foi enterrado em União da Vitória no dia 2 de março de 1915. Em 1943, seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro e estão enterrados no cemitério de São João Batista, em frente ao túmulo de Alberto Santos Dumont.

Os três acidentes confirmaram o mau agouro de alguns militares contrários ao uso das máquinas voadoras. O incêndio das aeronaves no trem, o acidente durante o treinamento em União da Vitória e, por último, a morte de Kirk, confirmaram também a profecia dos jagunços que diziam: “o gavião do governo cairá quando pretender voar para nos jogar bombas”.

O campo de aviação na Estação de Rio Caçador e nas Perdizes (Tapera do Claudiano) eram as grandes esperanças do exército, pois o concurso que o 1º tenente Kirk devia prestar à Coluna Sul era o seguinte:

- a) Fazer um reconhecimento em Santa Maria, lançando bombas explosivas sobre o reducto;
- b) Auxiliar os obuses, fazendo observação e regularização do tiro de bateria;
- c) E, si possível, fazer um ‘raid’ de 50 quilômetros: Claudiano — Santa Maria — São Miguel — reducto do Caçador — Guarda do ‘Santo’ — Luiz de Souza — Claudiano<sup>17</sup>.



Observação: – reduto do Caçador – referência ao reduto de Caçador Grande, no município de Lebon Régis. Este abriga locais que remetem à Guerra do Contestado: um capitel que tem o nome de São João Maria, e o Cemitério do Contestado, situado em uma propriedade particular, na comunidade de Perdizinhas. Algumas taipas de pedra identificam o local, no qual foram queimados e enterrados sertanejos durante os conflitos.

Thomé (85/86) ressalta em sua obra *A Aviação Militar no Contestado: Réquiem para Kirk*, que o referido piloto Ricardo Kirk foi a primeira vítima da aviação militar brasileira, bem como o acidente aéreo no contestado foi o primeiro registrado na aviação militar brasileira em combate e foi nessa região que também se registra o ineditismo da utilização de aviões empregados em operações de guerra, não somente em terras brasileiras, como em todo o Continente americano, num tríplice marco histórico,

“indiscutível e merecedor de muito mais considerações pela História do Brasil, que se não o desconhece totalmente, menciona o fato superficialmente e em raras ocasiões”<sup>18</sup>.

Nesta Campanha, também foi pela primeira vez que o Exército utilizou telefones, substituindo telégrafos, usando linha de fios erguidas entre a estação de Rio Caçador e o povoado de Perdizes (São Sebastião do Sul).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio das pesquisas, leitura das fontes e considerações sobre o conflito, percebe-se que no início da revolta os caboclos lutaram isoladamente, cada grupo com suas crenças e razões próprias. Paulatinamente foram se juntando de acordo com seus anseios comuns, até formarem um só bloco de resistência. Por envolver todo tipo de pessoas, é possível verificar que nem todos os caboclos eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos



e nem todos os fanáticos eram jagunços. O “Exército Encantado de São João Maria” uniu sob a cruz verde da bandeira branca da libertação aproximadamente dez mil pessoas armadas – homens de luta, velhos e até crianças e mulheres – entre as quais estavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam, centenas de extralanhadores da estrada de ferro, abandonados à própria sorte após a sua conclusão, comerciantes de vilas e bodegueiros de estradas: agregados e capatazes, na maioria pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos, integrantes dos esquadrões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; lenhadores, madeiros e ervateiros, apossados pelos pretensos proprietários das matas de produção; e, ainda, foragidos da justiça de outros estados, criminosos, ex-presidiários, antigos estivadores portuários, ao lado de pessoas, ditas, de bem, profissionais libe-

rais e autônomos, muitos crentes no retorno do “messias”. O fato de pessoas à margem da sociedade e da justiça fazerem parte dos revoltosos, também justificou a intervenção ostensiva e armada do poder público.

No auge da guerra, com o recrudescimento do combate, o efetivo revoltoso dos caboclos foi combatido por forças da República, integradas pelos Regimentos de Segurança de Santa Catarina e do Paraná; por esquadrões da antiga Guarda Nacional, formados por civis vaqueanos, e por parte do Exército Brasileiro, que empregou tropas de Infantaria, Cavalaria, Engenharia, Artilharia e até Aviação. A inferioridade numérica dos militares era largamente compensada pelo melhor aparelhamento bélico, que incluía modernos canhões, obuseiros metralhadoras, bombas e granadas, espadas de aço fino e fuzis, contra velhas espingardas de caça, alguns revólveres e Winchester, e até mesmo canivetes e facões de paus dos caboclos.



Também é possível verificar que as forças militares, muito bem aparelhadas e legitimadas, se defrontaram com um verdadeiro exército oponente, em parte bem disciplinado, formado por gente hábil no manejo de armas, destemida, idealista. Conhecedora do terreno e dos segredos da natureza local, que transformaram e pesadelo as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha e perfeitas técnicas de campanha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de centenas de sepulturas cavadas é que as tropas legais se convenceram estar diante de um valente inimigo, não inferior, e que a vitória final só aconteceu porque a astúcia, a combatividade e a crença num mundo melhor e mais justo, não resistiram ao poderio bélico e às estratégias militares, aliados ao poder econômico à disposição das forças oficiais.

Aqueles que professavam o catolicismo rústico, acreditando mais nas profecias de “são” João Maria do que nas palavras de

evangelização de frei Rogério, lutaram dando vivas a São Sebastião, crentes no sucesso da luta pela promessa de libertação, ao passo que aquelas famílias de caboclos e nativos, expulsos pela empresa multinacional *Lumber* das terras que moravam e extraíam sua subsistência, empunharam armas para defender o direito de viver em paz, sem necessidade de ostentar títulos de posse expedidos por um governo que não lhes dava assistência.

Os ideais das famílias dos trabalhadores que implantaram a ferrovia, se fixando à margem dos trilhos, também eram diferentes do pensamento das dissidências políticas que se registravam nas vilas entre aqueles que ansiavam e buscavam o poder. Para o caboclo comum, simples, todos tinham direito à terra, podendo desfrutar delas assim como se regavam das bênçãos do céu e das águas dos rios, com o que não concordavam os fazendeiros, proprietários de grandes extensões, que só aceitavam as



escrituras como legítimos títulos agrários.

A repressão sem entraves à rebeldia sertaneja não se reduziu, entretanto, aos quatro anos de sua eclosão, com o extermínio de milhares de nativos, de famílias inteiras de catarinenses de poucas posses. A repressão foi além ao buscar silenciar e estrangular a enorme vitalidade política do Contestado, desacreditando-o como expressão de fanatismo, banditismo, de desordem social e política.

Após a leitura de variadas fontes e diversos autores, é possível dizer que na Guerra do Contestado e a consequente expulsão da população cabocla, contou com a participação da política coronelista que imperava na região por meio dos fazendeiros estabelecidos, que viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e o consideravam somente um servicial de seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas. Os fazendeiros e seus jagunços aliados às tropas oficiais, cumpriram

papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

Então, a Guerra do Contestado ocorre nesse quadro conjuntural de dominação política exercida pelos coronéis. Quando necessário foi utilizado do aparato do Estado para legitimarem seu poder de mando e das novas forças econômicas advindas do empreendimento da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, que exclui e destrói as bases de subsistência da população local. A utilização de força militar, desproporcional frente ao “Exército Encantado” dos caboclos, marca indelevelmente a região onde o conflito ocorreu e, conseqüentemente, tinge com o sangue daqueles que tombaram nesse embate, a historiografia catarinense e brasileira.

## **BIBLIOGRAFIA**

AQUINO, Rubim Santos Leão. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais, da crise do escravismo ao*



apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

BACK, Sylvio. *Filme Contestado: restos mortais*. Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Fernando Setembrino. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

CRESTANI, Letíssia. O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e as representações sobre a Guerra do Contestado. *Revista Confluências Culturais*, v. 5, n. 2, 2016.

DALFRE, Liz Andrea. A emergência dos sujeitos sociais na historiografia sobre a Guerra do Contestado. *História da Historiografia*. Abril, 2017 Issue 23, p10, 18 p. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2017.

FIGUEREDO, Vagner Melo. *Sertanejos do Contestado: a disputa*

pela memória do movimento e seus sujeitos. Mal. Cândido Rondon: Unioeste, 2014.

FILHO, João Alves da Rosa. *Episódios da História da PMPR*, v. I: Combate do Irani. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Contestado*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Fundação Catarinense de Cultura/Fundação Roberto Marinho. 2017.

LIMA, Soeli Regina; TONON, Eloy. Guerra do Contestado: o processo de rendição. *Revista Mosaico - Revista de História*; v. 10 (2017): Dossiê Sobre Coisas e Trajetórias; 132-147; 1983-7801; 10.18224/mos.v10. n0.2017 Editora da PUC Goiás.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

MOCELLIN, Renato. *Pelados x Peludos: massacre dos Xucros*. Curitiba: Edição do autor, 2015.

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado, a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.



OLIVEIRA, Francisco de. Jeitinho e jeitão, uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 73, p. 32-34. out. 2012,

OLIVEIRA, Sueli Terezinha de. *Uma visão crítica discursiva da Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Susan Aparecida de. *Guerra do Contestado*. 2006. Tese (Doutorado em Literatura) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura., 2006.

PELLIZZARO, Reinaldo Assis. *Guerra do Contestado: Linguagem dos Caboclos*. São Paulo: Edipel, 2014.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981

RAMPINELLI, Waldir. *Contestado* – uma guerra de classes. Resenha

do livro *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

RIBEIRO, Thiago; LINO, Jaisson Teixeira. A Resistência Sertaneja na Guerra do Contestado: reflexões sobre o ataque à estação ferroviária São João dos Pobres (1914). *Revista Grifos*; Chapecó, v. 30, n. 52, pp. 1-13, mai./ago. 2021.

RODRIGUES, Rogerio Rosa. Animatógrafo da guerra: Canudos e Contestado e a fotografia militar no Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém. v. 9, n.2, p. 308-401, mai./ago. 2014.

RODRIGUES, Rogério Rosa. É doce e honroso morrer pela pátria? Rituais cívicos e disciplina militar na Guerra do Contestado. *Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, pp 31-48, 2012.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Estilhaços da violência: A guerra do Contestado e a memória Oficial. *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*, a.5, n.8, v.2, 2015.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Um espectro ronda os sertões: Contestado e Canudos e o trem da



história. *História e Cultura*, Fortaleza, v.1, n.2, pp.32-50, jul./dez. 2013.

SACHET, Celestino. Santa Catarina: do povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Editora Século Catarinense. 1997.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do contestado*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *Exército encantado de São Sebastião: um estudo sobre a reelaboração do mito sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SALOMÃO. Eduardo Rizzatti. O Impacto da Guerra do Contestado no Ideal Reformador do Exército e na Política de Defesa Brasileira. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 33, n. 67, p. 175-197, jan./abr. 2018.

SERPA, Elio Cantalício. *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC. 1999.

STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

THOMÉ, Nilson. *A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk*. Caçador: Fundação Educacional do Vale do Rio do Peixe e Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1985/86.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company do Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906 - 1916)*. 2009. Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: UnC, 2003.

VIEIRA DA ROSA, General. *Memórias*. Participação na Guerra



do Contestado, Coedição Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

WITTE, Gerson. *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

## NOTAS

<sup>1</sup> AURAS, Marli. *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

<sup>2</sup> STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

<sup>3</sup> SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do contestado*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

<sup>4</sup> Palavra incorporada definitivamente à linguagem culta brasileira, sem pos-

sibilidade de aportuguesamento, porque expressa conceito diverso de “estabelecimento”. Além destas duas definições – que correspondem ao conceito que se pretendeu transplantar – “a elite social, econômica e política de um país” e “grupo de indivíduos com poder e influência em determinada organização ou campo de atividade” (Dicionário Houaiss da língua portuguesa: 2001; coincidem com a definição exemplificada em Dicionário de usos do Português do Brasil: 2002), esta outra, menos comum, apresentada somente no primeiro dicionário, é criação brasileira: “a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado”. O Dicionário Aurélio Século XXI (1999) e o Míni Caldas Aulete – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa (2004) > 6.1 e 8.1.

<sup>5</sup> AQUINO, Rubim Santos Leão. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais, da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 155-157.

<sup>6</sup> CARVALHO, Fernando Setembrino. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

<sup>7</sup> AURAS, op.cit., p. 171.



---

<sup>8</sup> RAMPINELLI, Waldir. *Contestado* – uma guerra de classes. Resenha do livro Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

<sup>9</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981, p. 250.

<sup>10</sup> MOCELLIN, Renato. *Pelados x Peludos: massacre dos Xucros*. Curitiba: Edição do autor, 2015, p. 65.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>12</sup> AURAS, op.cit., p. 171.

<sup>13</sup> THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983, p. 154.

<sup>14</sup> Reportado por Alexandre Sales do *Conto da Aviação no Contestado*, do Prof. Franco Roveda.

<sup>15</sup> Comentário de Dirlei Fatima Klein em 18 de abril de 2010. Disponível em <https://lebonregis.sc.gov.br/pagina-24990/>. Acesso: 14 mai. 2024.

<sup>16</sup> GUERRA DO CONTESTADO: O BAPTISMO DO AVIÃO EM OPERAÇÕES MILITARES NO BRASIL (18 mai. 2015). Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/> Acesso em 14 mai. 2024.

<sup>17</sup> Cf. Herculano Teixeira d'Assumpção – A Campanha do Contestado, de 1917, pp. 253-254.

---

<sup>18</sup> THOMÉ, Nilson. *A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk*. Caçador: Fundação Educacional do Vale do Rio do Peixe e Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1985/86.